

O PADRÃO DOCENTE NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Mariana Pinkoski de Souza ¹
Paulo Fossatti ²

RESUMO

O padrão docente no ensino superior brasileiro, revela a falta de representação das diferenças existentes no Brasil. O objetivo deste estudo é investigar a existência de diferentes grupos identitários na docência no ensino superior e dialogar com as orientações teóricas que abordam a diferença, atinente a abordagem de Deleuze (2009), filósofo e referência na discussão na educação e diferença. A metodologia consiste de uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva e caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica embasada em Gil (2002). Os resultados da presente pesquisa demonstram que o cenário do ensino superior brasileiro não configura as diferenças que a sociedade brasileira apresenta, devido ao padrão instituído pela sociedade, o que dificulta o acesso da diferença e perpetua a desigualdade. Deleuze no presente estudo configurou a discussão sobre o distanciamento e o reconhecimento do diferente em uma cultura de homogeneização e enraizada no preconceito e na discriminação. Foi possível compreender que devem ser empregadas ações pertinentes para que as universidades brasileiras promovam uma gestão universitária equitativa, através de políticas institucionais consolidadas democraticamente. Assim como a legislação brasileira deve assegurar e favorecer a representatividade e a diferença no âmbito da educação superior, através de novas legislações que abordam o estudante mais também os docentes considerados diferentes.

Palavras-chave: Padrão, Docência no Ensino Superior, Diferença, Educação Superior.

INTRODUÇÃO

O ensino superior revela como a sociedade é e como será representada, por isso os docentes universitários brasileiros atuam com o papel de maestria e também de representatividade. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) apresentou em sua amostra que a população brasileira não está igualmente representada no ensino superior. Esta desigualdade é evidenciada quando analisados os dados referentes ao corpo docente das universidades brasileiras. Os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2019) revelam que o quadro docente das universidades é composto majoritariamente por pessoas brancas, 57,9%. Os pardos somam 12,9% dos docentes, seguidos dos pretos (1,5%) e amarelos (0,7%). A população indígena é representada por apenas 153 docentes nas instituições brasileiras de ensino superior (JANUÁRIO, 2004). Fica demonstrada

¹ Doutora em Educação na Universidade La Salle Canoas- RS, marianapinkoski@gmail.com;

² Docente PPG Educação La Salle Canoas- RS, paulo.fossatti@unilasalle.edu.br.

de forma incontestável a predominância da população branca entre os professores do ensino superior. Se for considerada a proporção da população brasileira por 56,2% de negros e 42,7% de pessoas brancas, os resultados indicam a ampla desigualdade racial existente nesta esfera.

Quando analisadas as questões de gênero, o levantamento demonstra que os professores universitários representam 53,3% da amostra e as professoras 49,03%. Porém, se verificados os dados do mesmo período coletados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD (IBGE, 2019) esta proporção se inverte: as mulheres correspondem a 51,8% e os homens 48,2%, o que demonstra a existência de uma pequena disparidade de gênero na docência universitária. Quanto à população LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais ou transgêneros, Queer, Intersexo, assexual e as diversas possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de gênero que existam), de acordo com a V Pesquisa do Perfil dos Graduandos das Instituições Federais da Andifes (ANDIFES, 2019), homens e mulheres transexuais representam apenas 0,2% dos graduandos e 3,7% não se classificam em nenhuma identidade de gênero.

Embora os dados fornecidos pelo INEP (2019) não contemplem as especificidades acerca das identidades de gênero, as informações que dizem respeito aos graduandos das instituições federais demonstram que estas diferenças também não estão representadas no âmbito universitário. Em relação às pessoas com deficiência, também é possível perceber desigualdades de acesso ao espaço universitário, pois apenas 0,43% do total de professores do ensino superior apresentam algum tipo de deficiência (INEP, 2018).

Portanto através destas informações é possível identificar que o perfil docente nas instituições de ensino superior é composto por pessoas brancas, sem deficiência sendo sua maioria do sexo masculino. Diante disso, percebe-se que a desigualdade racial é um dos problemas que se manifesta de forma notória quando abordamos a temática da diferença (BARRETO, 2015). Também se destaca a presença pouco expressiva de dados a respeito de outros grupos identitários como pessoas com deficiência e população LGBTQI+.

As informações acima citadas nos levam a refletir sobre as diferenças dentro das universidades e particularmente, na docência do ensino superior. Por este motivo o objetivo deste estudo é investigar a existência de diferentes grupos identitários na docência no ensino superior e dialogar com as orientações teóricas que abordam a diferença, atinente a abordagem de Deleuze, filósofo e referência na discussão na educação e diferença. Após esta introdução são apresentadas as ideias de Deleuze, na sequência é descrito o método do estudo, os resultados e discussões e por fim as considerações finais.

A linearidade é destacada como proposta sem construção, quando são analisados os constructos sociais e culturais nas relações laborais e pedagógicas. Deleuze (1988) destaca que as práticas da sociedade são estritamente homogêneas, impossibilitando na maioria das vezes observar e aceitar o que não é o padrão estabelecido, não podendo afirmar as diferenças. Eis uma possibilidade de desbloqueio do movimento, no qual é reinaugurada a luta incessante entre as forças pelo sentido da vida.

Deleuze (2009) apresenta o conceito de diferença, descaracterizando o platonismo e rejeita a representação clássica de simulação. Esta questão revela a impossibilidade de reprodução de qualquer original, onde não há um modelo para se copiar e somente assim é demonstrado o modo singular e livre de rótulos e padrões. Pode-se destacar o contrassenso das identidades e os alunos e docentes considerados diferentes, bem como todos os demais que a escola, a universidade e a sociedade deixam de ter por buscar uma identificação surreal.

A diferença na perspectiva de Deleuze (2009) não se enquadra em modelos que seguem uma conceituação ou generalização, que agrupam sob o mesmo signo, por semelhança. A diferença é singular, no caso da pessoa com deficiência, por exemplo, é a probabilidade de investigar as especificidades do indivíduo, criando possibilidades e multiplicando as características, divergindo totalmente de padrões encarcerados com atributos que identificam pessoas. Deleuze (1988), em sua obra, cita sobre as possibilidades de resistências às representações significantes, a partir da pluralidade e da superposição de perspectivas, resultando na deformação das representações, através de novas configurações de ser, estar e sentir.

O filósofo considera cada pessoa como singular, múltipla, imprevisível, que difere de si mesmo(a) e não de um “outro” (ROCHA, 2006). Compreender o conceito de diferença na perspectiva de Deleuze contribui para a reflexão e a discussão, diante da desconstrução a ser realizada, com o que é observado atualmente diante da afirmação das diferenças no ambiente educacional e laboral.

É possível observar o quanto a homogeneidade é ainda representada no ensino superior brasileiro de acordo com os dados demonstrados neste presente estudo. As diferenças neste âmbito se tornam fundamentais para a quebra de padrões e paradigmas excludentes.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo é de cunho qualitativo que tem por objetivo dialogar com a presença dos diferentes grupos identitários na docência da educação superior

brasileira. Optamos pela tipologia da pesquisa bibliográfica, pois esta, conforme Gerhardt e Silveira (2009) p.69: “[...] fundamenta-se em fontes bibliográficas; ou seja, os dados são obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos que são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas”.

Complementando, Gil (2002) p. 44, entende que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, buscando os estudos publicados acerca do tema proposto, assim comona elaboração e por fim a organização da pesquisa (GIL, 2008).

Para a elaboração do referencial teórico, procedemos a uma revisão da literatura disponível em livros e nas bases de dados, a saber: Google Acadêmico, Google Livros, EBSCOhost, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Banco de Teses e Dissertações Capes. Como descritores, selecionamos para a pesquisa, os termos: “padrão”; “docência no ensino superior”; “diferença”; “educação superior”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A diferença extrapola qualquer forma de representação no pensamento de Deleuze (2013) por isso auxilia a reflexão de uma sociedade que pode considerar as diferenças, contudo, atualmente ela se encontra engessada em padrões pré-estabelecidos (SANTOS; CERVI, 2019).

Analisando os dados de professores universitários e refletindo sobre a importância em abordar as diferenças e suas potencialidades, percebemos a relevância da discussão sobre a realidade brasileira no que concerne ao âmbito educacional da educação superior e a pluralidade (ou ausência dela) existente entre os docentes de universidades brasileiras. Conforme Marx, o concreto é a síntese de múltiplas determinações, o que se relaciona com a ideia deleuziana da determinação da diferença como diferença. (MAESO, 2018).

Os negros com o fator histórico da escravidão, as pessoas com deficiência que antigamente eram mortas na força por serem consideradas defeituosas, sem serventia e muitas vezes como o reflexo da ira dos deuses. As mulheres que foram excluídas de direitos sociais por grande parte da história mundial e a comunidade LGBTQI+, que ainda sofre estigmas e preconceitos pela falta de aceitação, entre outras pessoas e grupos considerados diferentes (HILLESHEIM; CAPPELLARI, 2019; PIECZKOWSKI, 2019).

As leis auxiliam os processos de inserção nas universidades brasileiras através das Cotas, nos estudos encontramos maiores subsídios para estudantes do que para docentes. É possível citar a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que preconiza a reserva de

cinquenta por cento das vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para os estudantes procedentes de escolas públicas. Destas vagas, cinquenta por cento devem ser preenchidas por estudantes provenientes de famílias com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Estas vagas são reservadas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas em conformidade com a proporção destes segmentos populacionais na Unidade da Federação onde está localizada a instituição (SOUZA, 2021).

A Lei Nº 12.990, de 9 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), prevê a reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Podemos observar também o Decreto Nº 9.508, de 24 de setembro de 2018 (BRASIL, 2018) que prevê às pessoas com deficiência um percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. A legislação auxilia a inserção desta população, já as instituições particulares possuem suas próprias regras, assim como as demais empresas na abertura de vagas para professores universitários considerados diferentes.

No que concerne ao professor com deficiência, as produções científicas sobre o profissional são algo recente e que carece de mais investigações, notando-se um investimento de pesquisas com essa temática a partir de 2005 (GIABARDO; RIBEIRO, 2017). Estudos na busca científica de De Souza (2017) demonstram que compreender as particularidades de cada pessoa é fundamental diante do movimento de inclusão, que existem dificuldades de colocação no mercado de trabalho, que ainda existe preconceito social, falta de conhecimento do empregador para admitir docentes com deficiência e a precariedade da infraestrutura, desde acessibilidade arquitetônica à equipamentos capazes de auxiliar na prática pedagógica.

Diante do exposto quanto às diferenças no âmbito educacional a falta de reconhecimento profissional de professores que apresentam características diferentes dos padrões e da homogeneidade legitimada pelas estruturas simbólicas e representações culturais dominantes na sociedade, dificulta e muitas vezes impossibilita a participação destes trabalhadores considerados diferentes na vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos sobre a interface entre as disparidades de gênero, etnia, deficiência, identidade de gênero e raça no ensino superior devem ser levados em consideração na discussão

sobre as políticas de promoção da igualdade no ensino superior. Foi visto que as políticas de ação afirmativa nas IES se limitavam muito à reserva de vagas para estudantes de graduação, não incluindo ações que tivessem os estudantes de pós-graduação, ou os professores como beneficiários. Assim como foi visto que faltam iniciativas que focalizem as disparidades e que alcancem as instituições como um todo.

Almejamos que no futuro não ocorra a equidade somente pela imposição de leis, mas pelo reconhecimento de que a exclusão fere os direitos humanos. Os conceitos de Deleuze trazem, à tona conceitos que devem sair do plano teórico, desbravando em ações educacionais e sociais. A diferença não deve ser sinônimo de exclusão e estigmatização, pois somente assim barreiras serão desconstruídas em uma sociedade que deve deixar de ser guiada por padrões excludentes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3BqpCNz>. Acesso em: 13 jan. 2024.

BARRETO, P. C. S. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 39-64, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3rtOEXs>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3kBZysK>. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2019: notas estatísticas**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wTKPff>. Acesso em: 19 maio. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: L12711 (planalto.gov.br). Acesso em: 10 maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.990, DE 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Ur15ap>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.** Reserva de cargos públicos para pessoas com deficiência. Brasília, DF, 2018) Disponível em: <https://bit.ly/3BjjjLy>. Acesso em: 21 jan 2024.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição.** Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição.** 2. ed. rev e ampl. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990.** Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.

DE SOUZA G. C.; RIBEIRO, S. M. As produções científicas sobre o professor com deficiência. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 58, p. 373-387, 2017.

GIABARDO, C. S.; RIBEIRO, S. M. As produções científicas sobre o professor com deficiência. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 58, p. 373-387, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3y35y1x>. Acesso em: 22 jul. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

HILLESHEIM, B.; CAPPELLARI, A. Os corpos da inclusão: mídia e relações com a diferença. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ybB5yc>. Acesso em: 20 maio. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3kLy189>. Acesso em: 20 jan. 2024.

JANUÁRIO, E. Formação de professores Índios na universidade: a experiência do 3º Grau Indígena. **Revista da Faculdade de Educação - Cáceres**, ano 2, n. 2, p. 94-107, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3zrHplu>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MAESO, B.; FRANÇA, M. A. **Alguns elementos de Espinosa nas filosofias de Marx E Deleuze.** Cadernos Espinosanos, n. 39, p. 125-139, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/espinosanos/article/view/148730>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PIECZKOWSKI, T. M. Z. Mediação pedagógica na relação com universitários com deficiência. **Educação (UFSM)**, v. 44, p.1-21, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3hTCRP0>. Acesso em: 22 jan. 2024.

ROCHA, M. L. Identidade e diferença em movimento: ressonâncias da obra de Deleuze. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 18, n. 2, p. 57-68, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2WasyxD>. Acesso em: 10 abril. 2024.

SANTOS, A. I.; CERVI, G. M.. Diversidade e diferença: movimentos do currículo nos murais de uma escola. **Educação em Perspectiva**, v. 10, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Bz1M1W>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUZA FILHO, E. F.; MARTINS, E. **Significados e sentidos das cotas raciais como meio de acesso ao ensino superior**. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL E V NACIONAL AFRICANIDADES E BRASILIDADES EM EDUCAÇÃO, v. 1, n. 5, Vitória, ES. Anais do III Congresso Internacional e V Nacional Africanidades e Brasilidades em Educação, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BrtY7b>. Acesso em: 12 jan. 2024.